

Reconstituição Sócio-Econômica da Região das Missões / RS.

Paulo Roberto Paim Padilha
Iran Carlos Lovis Trentin

RESUMO:

Este trabalho, estuda a civilização jesuítica-guarani que floresceu nas Missões Orientais do Rio Uruguai e sua importância na fundação do Estado do Rio Grande do Sul, a partir de 1600. A reconstituição histórica e sócio-econômica das Missões, desde: a caracterização dos primeiros habitantes, a civilização jesuítica e sua importância na fundação do Estado do Rio Grande do Sul, bem como, a desagregação das reduções e a situação atual da região. Para tanto, realizou-se pesquisa baseada em dados secundários e também, visitas “in loco”. A região foi povoada inicialmente por índios que tinham vida nômade e eram organizados em tribos: Guaranis, Gês e Pampeanos. As informações de que o sul era habitado por tribos de índios muito gentis, favoreceu para que a partir de 1585, as missões da Companhia de Jesus tivessem como destino à região do Rio da Prata. Em 1604, realizam-se os primeiros trabalhos de catequese nas povoações de Guaíra, Paraná, Uruguai e Tape (atual RS). A primeira fase da civilização jesuítica colonial no Rio Grande do Sul, inicia em 1626 e termina em 1637. Nestes 11 anos os jesuítas ensinaram os fundamentos da religião cristã para os índios e introduziram o gado com o missionário Cristóbal de Mendonza em 1632 e fundaram as seguintes reduções: São Nicolau do Piratini, Nossa Senhora da Candelária, Assunção do Ijuí, Todos os Santos do Caaró ou Mártires, São Carlos do Caapi, Apóstolos, São Tome, São Miguel, São José, São Cosme e Damião, Santa Tereza, Sant’ana, São Joaquim, Natividade, Jesus Maria, São Cristóvão. Com a invasão dos bandeirantes os jesuítas e os índios reduzidos, foram expulsos das Reduções. Os rebanhos de gado se multiplicaram pelos campos e favorece a segunda fundação em 1682, 45 anos depois. Com a organização dos Sete Povos a região floresceu economicamente, e novamente portugueses e espanhóis expulsaram, saquearam e destruíram as reduções jesuíticas. Após o saque às Missões em 1801 e em 1828, esse sob comando de Frutuoso Rivera, os índios migraram para a Argentina e as terras foram distribuídas em sesmarias aos “heróis da guerra”. A partir do século XVIII, a região entra em declínio econômico. Com a modernização da agricultura a partir de 1950, na região os índices de degradação do meio ambiente e de pobreza aumentam consideravelmente, bem como, diminuiu a biodiversidade natural. Dos indígenas que viveram na banda Oriental do Uruguai e áreas próximas, sabe-se que não eram numerosos e deixaram poucos vestígios materiais sobre o modo de vida que levavam antes da chegada dos colonizadores, pois eram nômades e praticavam a agricultura em sistema de coivara (plantio e abandono de área), utilizando pequenas ferramentas. Por isso, a classificação etnográfica desses povos se baseia em informações coletadas pelos europeus durante a colonização da América. Na região platina havia pelo menos três grupos indígenas: Guaranis, Gês e Pampeanos.

Palavras-Chave: Desenvolvimento Rural, Região, Sociedade Jesuítica-Guarani.

Objetivos e Metodologia: Como objetivo principal deste trabalho, buscou-se identificar e reunir dados sobre as sociedades e as diferentes formas econômicas que se desenvolveram na região noroeste do atual Rio Grande do Sul, também, conhecida como região das Missões, a partir de 1600 quando da chegada dos Europeus. Na verificação destes objetivos utilizamos

pesquisas bibliográficas, visitas in loco nos sítios arqueológicos e análise de documentos da época.

INTRODUÇÃO:

Os Guaranis oriundos do atual Paraguai, chegaram ao Rio Grande do Sul a mais ou menos dois mil anos. Ocuparam as margens da laguna dos patos, litoral norte do atual Estado do Rio Grande do Sul, as bacias dos rios Jacuí e Ibicuí, incluindo a região dos Sete Povos das Missões. Dominavam também, a parte central e setentrional entre os rios Uruguai e Paraná, bem como a parte sul da margem direita do rio da Prata e cursos inferiores do rio Paraná.

Havia entre os Guaranis três subgrupos principais: Os Tapes (mais tarde indígenas missioneiros dos Sete Povos), que ocupavam as margens dos rios Ijuí e Uruguai, à oeste do atual território rio-grandense e o centro da bacia do rio Jacuí; os Arachanes ou Patos, que viviam as margens do Guaíba e na parte ocidental da laguna dos Patos e os Carijós, que habitavam o litoral, desde o atual município de São José do Norte até Cananéia, ao sul de São Paulo.

Praticavam a atividade agrícola em clareiras (coivaras), cultivando milho, mandioca, feijão, amendoim, abóbora, algodão, batata-doce e fumo, entre outros. Estes índios também, praticavam a coleta de erva-mate, a pesca e a caça comunitária. Antes da ocupação européia, não eram numerosos e deixaram poucos vestígios nas regiões onde habitavam.

Segundo Flores (1996. p.19), “Os clãs estavam divididos em metades. Os chefes de clã, com os chefes das metades, praticavam do conselho da aldeia que decidia sobre migração, caçada, guerra e paz. O nhanderu ??? também, praticava o conselho. Havia também o morubixaba que mantinha a ordem na aldeia, sendo um elemento de conciliação. O taxuá era um chefe provisório de caçada, ataque bélico ou pescaria”.

Atualmente no Rio Grande do Sul, existem, tribos Guaranis oriundas dos Estados do Paraná e Santa Catarina, e alguns grupos oriundos do Paraguai. Os Pampeanos constituíam um conjunto de tribos que ocupavam o sul e o sudeste do atual Estado do Rio Grande do Sul, a totalidade dos territórios da Republica Oriental do Uruguai e os cursos inferiores dos rios Uruguai, Paraná e da Prata. Os subgrupos ou tribos mais conhecidos, entre eles, foram os Charruas, Guenoas, Minuanos, Chanás, Iaros e Mbohanes. Todos falavam a língua quíchua, com poucas variações dialéticas. Os panpeanos não praticavam o cultivo agrícola. Eram pescadores, caçadores, coletores de alimentos e sua cultura se modificou a partir do contato com os brancos (missionários, militares, aventureiros, portugueses e espanhóis), quando passaram a criar gado, entre outro.

Assim, segundo Flores (1996: 16) “Missionários jesuítas atravessaram o rio Uruguai tentando catequizar os guaranis e as parcialidades pampeanas, mas estas não aceitaram viver em reduções. Franciscanos, Dominicanos e Mercedários, vindos de Buenos Aires, também tentaram reduzir os pampeanos. A primeira redução de charruas, em 1626, foi na ilha Vizcaíno, na confluência do rio Negro com o Uruguai, durou apenas dois anos. Na mesma época aldearam os chanás na missão de San Antonio. A redução de Santa Maria dos Guenoas, que seria mais um dos Sete Povos, também fracassou. A vida de caçador, a falta de organização comunitária mais complexa e de afinidades religiosas dificultaram o aldeamento em forma de missão dos pampianos”.

Os Gês possivelmente eram os mais antigos habitantes da banda oriental do Rio Uruguai. É possível que essas tribos começaram a se instalar no atual Estado do Rio Grande do Sul por volta do século II a.C. Ocuparam o planalto riograndense de leste a oeste e dividiam-se em vários subgrupos: Coroados, Ibirajaras, Gualachos, Botocudos, Bugres,

Caaguás, Pinarés e Guaianas. Estes últimos, no início do primeiro século d.C, foram expulsos pelos guaranis da região posteriormente denominada Sete Povos das Missões. Para eles a terra pertencia à comunidade, praticavam agricultura rudimentar, cultivando entre outras coisas milho, mandioca, abóbora e batata-doce. Estes grupos indígenas sofreram muito a partir do contato com os bandeirantes, os guaranis (grandes inimigos), e os colonizadores portugueses. Os grupos indígenas que habitam atualmente nas reservas de Nonoai, Irai, Tenente Portela, migraram dos Estados de São Paulo e Paraná, no século passado, durante a expansão da lavoura cafeeira e são na grande maioria da matriz Caingangues.

Após, a ocupação do Brasil pelos portugueses a partir de 1500, a área do atual Rio Grande do Sul ficou mais de um século abandonada. Somente com a fundação da Companhia de Jesus, por Inácio de Loyola (a criação da companhia foi aprovada pela Bula Regimini Militantis Ecclesiae, em 27 de setembro de 1540) e que se deu início as primeiras entradas por brancos na região. Os trabalhos da Companhia começam pelo Oriente e logo se espalharam por toda a Europa. No Brasil, os trabalhos iniciaram em 29 de março de 1549, com a chegada do padre Manoel da Nóbrega e mais cinco companheiros (padres Leonardo Nunes, Antônio Pires, João de Aspilcueta Navarro e os irmãos Vicente Rodrigues e Diogo Jacomo). Foram estes os missionários que abriram caminho para o interior do Brasil e fundaram os colégios de São Vicente, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Pernambuco, entre outros, tendo como mentores os padres Manoel da Nóbrega e José de Anchieta.

O trabalho dos Jesuítas no Brasil, influenciou para a fundação da Companhia Jesuítica do Paraguai. As informações que o Sul era habitado por tribos de índios muito gentios e que “não comiam carne humana”, facilitaram os primeiros trabalhos de catequese que iniciaram nas regiões de Guaiá, Paraná, Uruguai e Tape. Foi nestes lugares que os indígenas pouco a pouco receberam os princípios da religião católica e os fundamentos da civilização cristã-ocidental. Os padres sabiam falar a língua guarani e seguindo os projetos de colonização da Coroa Espanhola, começaram a fundar reduções no Paraguai e Argentina, a partir do ano de 1600. (Figura 1)

A civilização Jesuítica-guarani no Rio Grande do Sul, iniciou em 1626 com a fundação de San Nicolas. Depois de várias tentativas para atravessar o rio Uruguai o padre Roque Gonzáles fundou-a em 03 de maio de 1626. Esta redução estava situada entre os rios Ijuí e Piratini, contava com 280 famílias de guaranis no ato de sua fundação. Segundo Nedel (1984, p. 13) “os índios guaranis formavam um conjunto de povos com uma estrutura social muito peculiar; compunham-se de pequenos núcleos autônomos com um mínimo de interdependência, pacíficos, sedentários e firmemente apegados à sua terra”.

São Nicolau prosperou rapidamente e dentro de pouco tempo contava com mais de 2.500 pessoas. A expansão da catequese jesuítica seguiu com a fundação da redução de Assunção do Ijuí e Candelária, em 02 de fevereiro de 1627. Em 1628 os padres Roque Gonzáles e Afonso Rodriguez fundaram Caaró, onde em 15 de novembro de 1628, quinze dias após a fundação desta nova redução foram martirizados. Os índios revoltosos ainda martirizaram em Assunção do Ijuí (Estância de Pirapó), no dia 17 de novembro o padre João Del Castilho, depois da morte dos três padres, os índios infiéis começaram a destruir as outras reduções, mas quando tentaram destruir São Nicolau, encontraram a resistência dos índios reduzidos que ali se encontravam, os revoltosos desistiram do intento e voltaram para Caaró.

Neste período, foram organizadas as reduções de São Nicolau do Piratini, Nossa Senhora de Candelária, Assunção do Ijuí, Todos os Santos do Caaró, ou Mártires, São Carlos do Caapi, Santos Apóstolos São Pedro e São Paulo ou Apóstolos, São Tomé, São José, São Cosme e Damião, Santa Teresa, Sant’Ana, São Joaquim, Natividade ou Natividade de Nossa Senhora, Jesus Maria e São Cristóvão.

Figura 1. Área de Interação da nação Guarani no Conesul.



Na primeira fase da civilização jesuítica-guarani no Rio Grande do Sul, entre 1626 e 1637, os jesuítas estavam interessados em ensinar os fundamentos da religião cristã aos índios, e com a invasão dos bandeirantes os Jesuítas e os guaranis foram obrigados a migraram para a margem direita do rio Uruguai e ficam 45 anos longe do território riograndense.

Foi no primeiro período em 1632, que os primeiros rebanhos de gado, foram introduzidos no Rio Grande do Sul. Há varias teorias sobre a introdução do gado no Rio Grande do Sul. Uma corrente defende a idéia que o gado era originário dos pequenos rebanhos introduzidos por Hernanderias em 1611 a 1617. Outra corrente afirma que Francisco Naper de Alencastro introduziu o gado em 1691, mas há evidências que antes disso existia gado no Rio Grande do Sul. A terceira corrente, a missioneira, informa que em meados de 1628, já havia gado vacuum nas reduções e que principalmente a partir de 1632 o jesuíta Cristóbal de Mendonza introduziu aproximadamente 1.500 cabeças de bovinos, eqüinos e muares no Estado.

O gado vacum se multiplicava rapidamente nas extensas planícies do prata, tornando-se importante fator sócio-econômico para a restauração das reduções Jesuíticas-guaranis na margem esquerda do rio Uruguai. Segundo Porto (volume III, 1954 : 233) "A história do gado vai ser d'ora e diante, nesse meio em que se debatem dois povos por antagonismos políticos-econômicos, a própria história do homem da terra. No ápice surgira a figura apostolar do Jesuíta. É o criador da riqueza, o desbravador da terra, o catequista primitivo e o fundador de uma civilização que deixará traços precisos e fortes a vinculá-lo, por todos os tempos, a justa consagração da posteridade".

A economia jesuítica teve seus alicerces, primeiramente no gado vacum que vivia solto nos campos. E posteriormente a agricultura também, influenciou muito na economia missioneira, com a produção de algodão, trigo, milho, (que era à base da alimentação dos indígenas), feijão, arroz, amendoim, mandioca, melancia, etc. O extrativismo, principalmente de erva-mate foi também, outra grande atividade econômica desenvolvida nas reduções jesuíticas. Assim, economia missioneira era baseada na agropecuária. Os índios organizaram lavouras onde plantavam raízes e grãos, criavam gado e praticavam a coleta, a pesca e a caça.

A catequese jesuítica procurou ensinar aos indígenas as linhas fundamentais da sociedade humana ocidental. Os Tapes foram os primeiros a receberem (aceitarem) a catequese jesuítica. Os padres muitas vezes, enfrentavam as hostilidades dos pajés e dos feiticeiros, estes agiam na defesa natural contra as pessoas que queriam modificar seus costumes e práticas religiosas. Pouco a pouco os índios foram aceitando os princípios da religião cristã. Os padres, quando da construção das igrejas, fundavam também escolas de ler, contar, de música e de danças religiosas. Ensinavam fabricar instrumentos musicais e ferramentas para atividades agrícolas. A partir da catequese as reduções alcançaram a organização social, política e religiosa, que era o padrão da sociedade cristã da época.

Os primeiros homens brancos que estabeleceram contato com os nativos foram os missionários jesuítas. Os Bandeirantes-paulistas foram os que em segundo momento penetraram no Estado, com o intuito de aprisionar índios. Os índios aprisionados no sul eram levados para trabalhar nas lavouras de cana-de-açúcar, em São Vicente e Piratininga. Inicialmente a penetração do homem branco não visava a expansão territorial, o único interesse era a captura dos índios selvagens para serem vendidos como escravos nos mercados do centro-sul. Os bandeirantes realizaram varias investidas contra os índios, no intuito de capturá-los, e muitas vezes, tiravam proveito das guerras entre tribos para conseguir suas presas. O comércio do gado xucro introduzido pelos jesuítas despertou interesse econômico por parte dos paulistas, que contavam com o apoio de muitos índios "infieis" (egressos das reduções, Tapes e Minuanos) que arrebanhavam gado das antigas reduções e vendiam para os portugueses.

Muitos foram os acontecimentos ocorridos na primeira fundação e nas migrações dos núcleos de civilização jesuítica-guarani na margem esquerda do rio Uruguai. Quando o jesuíta Roque Gonzáles atravessou o Uruguai pela primeira vez encontrou no território riograndense, muitos índios guaranis que viviam em pequenas comunidades, sob o comando de um cacique, os quais eram soberanos em seus grupos. Do Paraguai até o Ijuí, existiam alguns caciques que se destacavam sobre os outros menores, um desses caciques era Nheçu que viveu em Pirapó, à margem direita do rio Ijuí, estes caciques "maiores" possuíam autoridade sobre vários outros caciques devido à profunda mística sacerdotal que difundiam.

Os indígenas viviam dentro de uma estrutura social em relativa liberdade e constantemente mantinham contato com outras tribos, onde realizavam grandes festas e discutiam sobre as transformações sociais que estava ocorrendo na margem direita do rio Uruguai, após a penetração branca. Na margem direita do rio Uruguai, Neenguiru era o

grande cacique e já estava convivendo com os padres. Neenguiru foi quem intermediou com Nheçu a travessia (entrada) do P. Roque Gonzáles para a margem esquerda do rio. Somente depois de várias tentativas Neenguiru convenceu Nheçu de que os padres poderiam trazer muitas melhorias para o povo guarani. Os padres tinham outras sementes; animais grandes para ajudar no trabalho e locomoção; ferramentas, etc.... Os índios queriam a garantia de que continuariam sempre livres das leis dos brancos e os padres juravam que não deixariam outros brancos entrarem nas reduções. Por esses motivos vários índios se converteram por não suportarem mais a fome que rondava seus irmãos em muitas estâncias.

A tranqüila vida nas reduções, começou a mudar quando chegaram de Buenos Aires, os interventores para atuar nas reduções de Japeju, Concepción e São Francisco Xavier. Os índios se rebelaram, não gostaram do autoritário homem branco que se metia em tudo, os guaranis pensaram que tinham sido traídos pelos padres. “Então essa cruz ao lado da igreja estava erguida para o suplicio mais ignóbil e vergonhoso? Não havia mais a menor duvida: os padres estavam de conluio com os outros brancos. Estes vestem negras estavam iludindo a boa fé dos índios, preparando armadilhas para escraviza-los”. (Nedel, 1984: 29)

Nheçu, que era o grande líder, ouvia os relatos dos seus comandados sobre os interventores que tinham chegado às reduções da margem direita do Rio Uruguai (Japeju, Concepción e São Francisco). O grande cacique levou esta discussão para os demais membros do grupo. Neste encontro ficou decidido que um grupo de índios iria até Concepción ver de perto o que estava realmente acontecendo por lá. Não foram bem recebidos, voltaram irritados e mais revoltados ainda, “porque ao fim das contas sentia seu povo entregando-se ao estrangeiro, não pela nova mensagem, simplesmente porque este abanava com o progresso tecnológico deixando os nativos obcecados pelos instrumentos de ferro fartamente distribuídos a todos que se submeterem à sua doutrina”. (Nedel, 1984 : 35).

O modo de vida adotado pelos índios guaranis, fazia os mesmos passarem frio, fome e muitas outras privações, principalmente na estação fria (inverno). Esses fatores fizeram com que os grandes caciques aceitassem a implantação de novas reduções na margem direita do Rio Uruguai, e ainda mais vendo a evolução da doutrina de São Nicolau, que em dois anos tinham feito várias edificações e aumentaram as clareiras e intensificaram a produção agrícola.

O grande cacique Nheçu finalmente tomou a decisão, aceitando que o Padre Roque Gonzáles instalasse uma redução na estância do Pirapó. O jesuíta fundou então a redução de Assunção do Ijuí, mas desconhecia que o grande cacique, tivesse conhecimento dos fatos ocorridos em Guairá e Concepción, onde os padres não puderam evitar que os brancos intervissem nas reduções. Nheçu conseguiu grandes concessões junto aos jesuítas para seu povo, mas o maior problema era que os padres não aceitavam a poligamia (várias mulheres). Nheçu, tentou fazer com que os padres aceitassem o costume herdado dos seus antepassados e promete o máximo de esforço na educação dos jovens aos novos costumes trazidos pelos brancos. O Padre Roque Gonzáles mais uma vez venceu e a nova doutrina foi instalada.

O Padre Roque Gonzáles voltou ao Caaró, e Nheçu não conseguia aceitar ter que viver (escolher) com uma só mulher e decidiu que não as abandonaria, nem as deixaria sobre a proteção dos jesuítas. Nheçu decidiu esconde-las no cerro do Inhacurutum, local inatingível aos vestes negras. O grande cacique Nheçu então escolheu uma com quem iria se casar e viver no Pirapó (Assunção do Ijuí), as outras mulheres foram para o retiro do Cerro do Inhacurutum.

Neste momento intensifica-se a revolta de muitos caciques que estavam desiludidos com as reduções, pois os padres estavam interferindo nos costumes dos antepassados, e queriam que Nheçu liderasse a revolta que iria devolver a liberdade aos guaranis. Sem falar

nos constantes ataques dos encomendeiros espanhóis e dos bandeirantes par aprisionar os índios reduzidos. Quando o padre Roque Gonzáles, deixou o padre João del Castilho no comando na construção da redução de Assunção do Ijuí, o grande cacique Nheçu não aceitou, neste momento começou a grande movimentação (conspiração) dos caciques, em torno das atividades desenvolvidas pelos jesuítas.

Os índios se organizaram para preservar a unidade da civilização guarani e defender o sistema de vida longe do homem branco. “Aquele dia a dia de liberdade completa, sem prestar contas a ninguém; a mútua compreensão entre o povo, homens ou mulheres; o amor livre que dava vazão a todos os anseios; as grandes festas em que todos se entregavam derramando alegria e amor; enfim, esta sociedade que os antepassados lhe haviam legado, deixavam-nos puros demais para a estrutura que os brancos vinham impor!” (Nedel, 1984. : 69)

Assim, alguns caciques entre eles Nheçu decidiram lutar e expulsar os jesuítas da margem oriental do rio Uruguai. E foram martirizados os primeiros 3 jesuítas das reduções de Caaró e Assunção do Ijuí. Os caciques revoltosos avançaram sobre outras reduções mas foram derrotados. Após esses fatos ocorridos em 1628, as outras reduções foram prosperando e a partir de 1636 os ataques dos bandeirantes paulistas se intensificaram e gradativamente os guaranis reduzidos foram migrando para a margem direita do rio Uruguai para as comunidades que estavam protegidas pelas normas da coroa espanhola.

A Segunda Fundação : os Sete Povos das Missões Orientais. (Figura 2)

Os Sete Povos das Missões, localizado no extremo sul do Brasil, como já foi mencionado anteriormente, foram organizados pelos padres Jesuítas. Esses agiam segundo suas crenças em Deus e serviam a Coroa Espanhola, e haviam abandonados suas pátrias, para adentrarem-se nas selvas do Conesul. Muitos Jesuítas não imaginavam que o seu trabalho junto aos índios (reduzir, catequizar, etc), era essencial para os propósitos de seus Reis, para alargar suas posses territoriais e recolher todas as riquezas possíveis para a Espanha.

A interrupção do trabalho jesuítico na margem esquerda do rio Uruguai, aconteceu após o martírio dos padres Roque Gonzáles, Afonso Rodriguez e João del Castilho, seguida da invasão da Bandeira de Raposo Tavares em 1638, o que obrigou os índios reduzidos a migrarem para a margem direita do rio Uruguai (hoje Província de Misiones). Os trabalhos só recomeçaram em 1682, quando começou a migração de Concepción e foram reunidos novamente os guaranis em São Nicolau que foi o primeiro dos Sete Povos (1626) e hoje, conhecida como a Primeira Querência do Rio Grande.

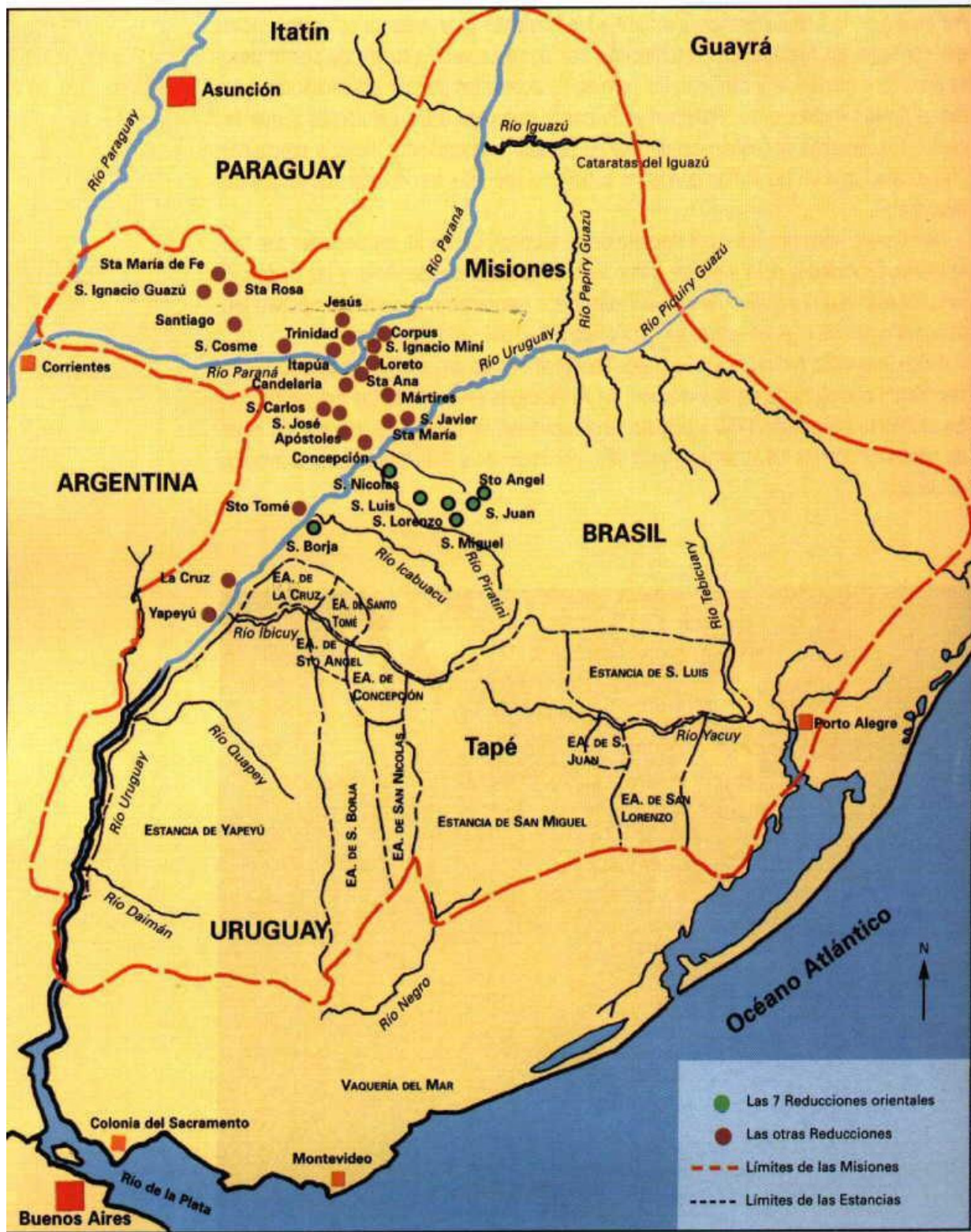
Segundo Flores (1996, : 33), “procurando deter o avanço português em direção ao litoral sul, o governo espanhol ordenou a fundação de povoados a partir do rio Uruguai, ocupando as terras com estâncias e lavouras. Por falta de população branca, os Guaranis com os padres jesuítas reiniciaram, a partir de 1682, a segunda fase das reduções jesuíticas, chamada de Sete Povos”.

PRIMEIRO POVO MISSIONEIRO - SÃO NICOLAU

Como foi mencionado anteriormente, o governo espanhol procurava deter o avanço português em direção ao litoral sul, e determinou a Companhia de Jesus que ajudassem na fundação de povoados na margem esquerda do rio Uruguai, ocupando as terras com estâncias e lavouras. Como haviam guaranis já reduzidos os padres jesuítas reiniciaram, a partir de 1682, a segunda fase das missões, chamada de Sete Povos

A reconstrução (restauração) de São Nicolau, recomeçou em 1687, quando em torno de 3.000 índios, atravessaram o Rio Uruguai (para o atual RS), trazendo consigo objetos de uso pessoal e ferramentas. A reconstrução foi acompanhada de calamidades, primeiro um furacão destruiu a igreja, sucedido de granizo que matou nos campos muitas cabeças de gado; em 1689, um incêndio destruiu grande parte do povoado, mas com todas essas calamidades, os jesuítas e os índios não desanimaram e pouco a pouco foram recompondo o seu povo. Construíram uma belíssima igreja dedicada a San Nicolas.

Figura 2: Localização dos 30 Povos e das estâncias de gado das reduções.



Esta redução segundo dados coletados contou com uma população aproximada no ano de 1.687 de 3.000 pessoas; em 1.700 de 5.278 e em 1.707 com 5.386 habitantes, que se dedicavam integralmente nos trabalhos de construção da aldeia. “Como os habitantes de outros povoados, estes também eram devotos de Santo Izidro Lavrador, padroeiro dos agricultores e no caminho entre o povo e as lavouras, havia uma imagem desse santo, feita em madeira pelos guaranis. Diante da ameaça de qualquer intempérie ou de praga nas plantações e, até mesmo, frente a problemas relacionados com a saúde, costumavam recorrer a esse

santo. Era comum conduzirem-no, em procissão, até a porta da igreja ou visitarem a Ermida para realizar orações” (Nascimento, 1983 : 28).

A redução de São Nicolau, segundo os historiadores foi a mais bem construída, com edificações confortáveis, não só para os padres como para todos os “selvagens”, suas ruas eram largas, com belas casas e uma ampla praça.

A economia da redução, resumia-se na extração da erva-mate, na agricultura e pecuária. A agricultura era exercida coletivamente, não havendo propriedade particular (havia nas reduções o “Tabambaé”, que era uma propriedade dada ao Cacique, que tinha sob sua jurisdição duas ou três dezenas de famílias, os membros destas famílias é que trabalhavam na propriedade de seu Cacique e dela buscavam se manter. Este modelo precedeu o “Abambaé” (aba – índio, mbaé – propriedade), onde cada família tinha pequenas roças, de até 02 ha. Todos trabalhavam a maioria do tempo no “Tupambaé” esta era a propriedade coletiva, tribal, (Tupã = Deus, mbaé = propriedade), e a que mais se desenvolveu).

O gado, fator primordial para o sustento dessas populações, era criado em campos afastados das aldeias (“Vacarias” - A estância da Redução de São Nicolau se localizava nos atuais municípios de São Gabriel e Alegrete), onde existiam boas condições climáticas e abundância de gramíneas de alto poder alimentício. Criavam também, cavalos, muares, ovelhas, cabras, galinhas, porcos, etc.

Devido à facilidade de aprendizagem, não houve problemas em ensinar os índios as artes mecânicas em “oficinas” onde os aprendizes trabalhavam sob orientação de um mestre. Todos trabalhavam para a comunidade e viviam da produção obtida nas diferentes setores da produção.

O SEGUNDO DOS SETE POVOS – SÃO BORJA

Essa redução se originou de uma estância organizada pelos Guaranis de San Tomé (Argentina, margem direita do rio Uruguai) em 1682. Neste ano o Jesuíta Francisco Garcia, devido ao grande número de índios que haviam transmigrado de San Tomé, instala a Redução de São Francisco de Borja. Essa foi oficialmente inaugurada, com 1.952 pessoas, no ano de 1682, mas passou a ter livros próprios de assentamentos a partir de 1687, quando deixou de ser considerada um posto avançado da Redução de Santo Tomé. Ao contrário das demais reduções gaúchas, foi a única formada por índios da matriz étnica “charrua”.

É uma das redução mais antiga dos Sete Povos, e também o local onde foram feitas as primeiras penetrações no território riograndense, para extração de gado das vacarias (o gado trazido no 1º ciclo pelo Pe. Cristóvão de Mendonza, a partir de 1632, que havia se reproduzido extraordinariamente e ocupava as Vacarias do Mar e dos Pinhais), em campos abertos. A carne de gado nesta fase era a base da alimentação dos povos Guaranis.

Os Jesuítas retornaram em 1682, por razões de ordem política e econômica, eles também, destacaram-se pela defesa dos povos das Missões e das possessões espanholas. Muitas vezes, os oficiais do vice-reino da Prata, ou mais tarde da nação argentina requisitavam grandes contingentes de guaranis para lutar em alguma guerra ou revolta

Sua igreja levou doze anos para ser construída, uma grandiosa edificação de pedras. E sob a jurisdição social e religiosa dos jesuítas e tutela política da Espanha, povoada por índios da nação charrua, São Borja teve no ano de 1683, uma população estimada de 1.952 habitantes, em 1690, uma população de 2.396 e em 1707 2.814 habitantes, somente passou ao domínio português em 1801, quando Borges do Canto, Gabriel de Almeida e Manoel dos Santos Pedroso conquistaram o Território das Missões Orientais.

São Borja, como os demais Povos das Missões Orientais foram dirigidos e governados pelos jesuítas até 1768, isto é, até a expulsão desses padres de todos os domínios espanhóis na América. As reduções haviam sob o regime dos jesuítas, alcançado notável desenvolvimento econômico, comercial e artístico. O gado era o principal produto, de onde se extraía a carne para a alimentação, o sebo e o couro. Também, produziam algodão, fumo, erva-mate e trigo, entre outras. Nas artes, foram as esculturas, a música, o teatro e a arquitetura que mais se desenvolveram, como atestam tão belos trabalhos guardados em museus e presentes nas importantes ruínas.

A redução de São Borja foi destruída pelas forças de Portugal e Espanha, em 1756, juntamente com os outros Povos das Missões. Mas a igreja da redução, construída em 1696 pelo Irmão Brazanelli, ruuiu na terceira década do século passado, devido à ação das intempéries.

Hoje, restam quase nada das edificações da redução de São Borja, mas a da população descende destes importantes formadores da identidade gaúcha. E sua economia baseia-se no cultivo do arroz e soja e na criação de gado.

O TERCEIRO DOS SETE POVOS – SÃO LUIZ GONZAGA

Fundada em 1687, seus primeiros habitantes vieram de Concepción (Argentina). Seu coordenador, foi o jesuíta Miguel Fernandes que trouxe os índios de Guairá e Itatim (Mato Grosso) que tinham se refugiado em Concepción, quando da invasão dos bandeirantes. São Luiz Gonzaga foi repovoada com 2.922 pessoas. No início os índios ficaram em alojamentos provisórios, construídos de pau-a-pique, cobertos de folhas de palmeira ou capim. O povo se desenvolveu rapidamente, foram construídos a igreja, o colégio e estâncias para criação de animais, principalmente gado, ovelhas e muaras.

Segundo dados estatísticos o crescimento populacional da redução de São Luiz Gonzaga foi: em 1687, a redução contou com cerca de 2.900 pessoas; em 1694, 3.280; em 1702, 3.473 habitantes; e em 1707, 3.997 guaranis.

A primeira igreja construída na redução de São Luiz Gonzaga, data de 1718. Outra grande obra deixada pelos jesuítas nesta redução foi o Colégio Jesuítico. “Tão sólida e resistente construção que só a piedosa mão do homem conseguiu destruir. Construído em terreno amplo, cercado por todos os lados por um muro de pedras e um portão de ferro para o lado da praça dava acesso ao colégio.

Após a expulsão dos Jesuítas em 1768, o prédio do colégio serviu de capela com casa paroquial, sede do destacamento policial, sala do júri, prisão, câmara municipal, “colégio”, delegacia de polícia e também, serviu de quartel durante os anos de 1905 a 1923, ao 5º e depois 3º Regimento de Cavalaria Entendente, hoje 4º RCB.

Esta redução foi a terceira mais populosa, chegou a ter 6.182 habitantes, em 1732, ano em que as reduções alcançaram o maior nível de desenvolvimento nos aspectos demográfico, industrial e artístico. A partir deste ano uma série de acontecimentos contribuiu para a redução da população. Índios dos Sete povos foram convocados para os exércitos espanhóis, que lutavam freqüentemente com os portugueses.

A economia da redução jesuítica de São Luiz Gonzaga, era baseada na criação de gado nas estâncias situada além da serra, próximo ao caminho que conduzia a Vacaria. A estância de São Luiz Gonzaga, como as demais, contava com postos e posteiros, ativamente supervisionados por um Padre ou Irmão Leigo. Contavam o gado nas contas do rosário. Os campos da redução chegaram a reunir mais de 42.000 cabeças de gado.

O grande número de animais fez aumentar a necessidade de maior área de campo, pastagens e aguadas, motivo pelo qual os vaqueiros por várias vezes deviam procurar lugares que se adaptassem a essas exigências, muitas vezes distantes das Reduções. Surgiram assim, as estâncias, que tinham como limite os acidentes naturais geográficos, especialmente rios e serras, que dificultavam a saída e extravio do gado.

A redução de São Luiz Gonzaga também se dedicava ao cultivo de erva-mate (a maior parte da erva-mate era coletada nos ervais nativos, pois a área cultivada ao redor das Reduções era em pequena escala), do trigo, mandioca, milho, batatas e legumes, entre outros.

Em 1756, quando os Jesuítas e os índios foram expulsos do território dos Sete Povos, pelos Exércitos português e espanhol, muitas regiões do Brasil viviam num escuro primitivismo e muitos dos moradores das missões transformaram-se em pedreiros, ferreiros, pintores e entalhadores, migraram para outras áreas.

O QUARTO DOS SETE POVOS – SÃO MIGUEL ARCANJO

A primeira fundação foi em 1632, pelo padre Romero e seus companheiros de missão nas proximidades de Jaguarí (rio dos jaguares). Até o ano de 1636, reuniram milhares de índios e catequizaram-nos. Com as invasões dos bandeirantes paulistas (entre eles Raposo Tavares) que iniciaram a partir de 1636 e cessaram em 1641, muitos índios foram capturados e vendidos nos mercados de escravos; outros se refugiaram nas florestas; muitos foram mortos; e alguns migraram com os jesuítas para o outro lado do rio Uruguai.

Em 1687, quando os movimentos de insegurança aparentemente cessaram os missionários e os índios retornaram de Concepción (província de Misiones – Argentina) para o mesmo local (Jaguarí), com uma população inicial estimada em 4.195 habitantes ou mil e quatrocentas famílias aproximadamente, retomaram os trabalhos. Como havia dificuldades de permanecerem neste local, migraram para área da atual São Miguel das Missões. Este povo se desenvolveu muito e foi escolhido para a capital dos Sete Povos das Missões Orientais.

O ambicioso projeto de construção da Catedral, desenvolvido pelo famoso arquiteto italiano João Batista Primoli, que hoje é símbolo dos Sete Povos, levou cerca de dez anos para ser executado. O imenso templo começou a ser construído em 1745 por uma população de seis mil guaranis. A fachada imita, em pedra local, o modelo da igreja do Gesu, em Roma.

Na primeira metade do século XVIII, a população da Redução de São Miguel atingiu 7.000 pessoas. Com a assinatura do Tratado de Madri, onde a Espanha ficaria com a Colônia do Sacramento e Portugal com os Sete Povos das Missões orientais, a região foi saqueada mais uma vez e entrou em fase de decadência. Neste período ocorreu a Guerra Guaranítica, onde os Guaranis lutaram contra os exércitos portugueses e espanhóis. Nesta guerra as Reduções foram derrotadas e milhares de índios mortos, como o cacique Sepé Tiaraju, conselheiro do cabildo de São Miguel das Missões.

Onze anos depois em 1761, quando foi assinado o “Tratado de El Pardo”, o qual anulou o Tratado de Madri, os Guaranis retornaram para as reduções (São Miguel), que novamente estavam sob administração espanhola, sem os Jesuítas (que tinha sido expulsos do território espanhol), o declínio econômico se acentuou ainda mais. Em 1828, com a Guerra da Cisplatina, o Exército de Frutuoso Riveira destruiu e saqueou o que ainda restava desta civilização e incorporou no seu Exército a maioria dos homens que permaneciam nas Missões Orientais.

São Miguel é a redução jesuítica mais preservada a ponto de ser reconhecida pela Unesco como Patrimônio Cultural da Humanidade. Junto ao museu, também se encontra o

sino que foi instalado no alto da torre do templo de São Miguel e chamava os reduzidos para as festas e celebrações. Pesa uma tonelada, e foi fundido na vizinha Redução de São João Batista, a primeira fundição de ferro do Sul do País.

A economia dessa redução não se diferenciou das demais, sendo que o gado fator primordial para o sustento da população, era criado em campos afastados das aldeias (“Vacarias” - A estância da Redução de São Miguel se localizava no atual município de Bagé), onde existiam boas condições climáticas e abundância de gramíneas e aguadas. Os Guaranis trabalhavam em extensas plantações e na coleta de erva-mate, na colheita de algodão, trigo, mandioca, cana-de-açúcar, batatas, ervilhas, favas, feijão, abóboras, etc, também, trabalhavam em olarias, curtumes, carpintarias, marcenarias, no tráfego e custeio nas estâncias de animais vacum e cavalari.

A atual vila de São Miguel das Missões surgiu em 1926, quando foi organizado um loteamento urbano, em torno dos remanescentes do antigo povo jesuítico/guarani. São Miguel foi a 5ª Redução a tornar-se município em 1987. Duas ainda são Comunidades rurais, São Lourenço das Missões e São João Batista.

Sua economia baseasse na agricultura e pecuária, e tem no turismo uma grande fonte geradora de empregos e desenvolvimento com a perspectiva de transformá-lo na principal atividade econômica do município. Quanto aos Guaranis é ali que esta a última e única aldeia da região com 160 pessoas, que leva o sugestivo nome de Tekoá Coendiu ou Aldeia Alvorada.

O QUINTO DOS SETE POVOS – SÃO LOURENÇO MÁRTIR

Fundado em 1691, formou-se a partir da imigração de uma colônia (parte) dos habitantes da redução de Santa Maria Maior, localizada na margem direita do rio Uruguai, Argentina. Este povo exerceu uma grande influência na história das Missões, se destacaram principalmente nos aspectos econômicos, culturais e artísticos.

Esta redução situa-se entre a de São Luiz Gonzaga e São Miguel, seu fundador foi o padre Bernardo de La Vega, seguido pelo jesuíta Miguel Fernandes. Enquanto os homens cuidavam da edificação, as mulheres cuidavam das plantações; a igreja foi construída como as demais reduções, frente para o norte (exceto a de Santo Ângelo, que era para o sul), paredes de pedra, e extraordinariamente grande e de bela arquitetura.

Segundo Leite (1970 : 73) “perto do povo de São Lourenço existe uma caverna denominada “Querepoti” (prata), donde dizem que os jesuítas extraíam esse metal...”.

Também, foi fundada por aproximadamente 823 famílias que plantavam entre outras coisas, trigo, cevada, feijão, abóboras, algodão, tabaco e erva mate, e criavam bovinos, eqüinos, muare e ovelhas, principalmente.

O SEXTO DOS SETE POVOS – SÃO JOÃO BATISTA

Fundada em 1697, pelo Jesuíta tirolês Antonio Sepp. Sendo a redução de São Miguel a mais populosa da margem esquerda do rio Uruguai e não suportando tamanha população, os padres decidiram dividi-la e transportar uma parte dela para outro local. Essa tarefa não seria fácil, pois teriam os padres que transportar quatro a cinco mil pessoas para um campo limpo, e tirar da mesma subsistência para o povo.

A primeira ação dos padres foi reunir os índios principais a quem chamam de caciques, que são chefes de famílias de quem dependem 50 ou até 100 índios, sobre os quais

mandam como donos absolutos e explica a necessidade da mudança. Assim, Padre Sepp explica “Pus-lhes diante dos olhos a necessidade que havia de dividir o povo, devido ao número excessivo de habitantes. Deviam sacrificar a Deus sua natural inclinação de não desejarem abandonar a pátria que amavam, nada lhes podia se não o que eu próprio já havia feito, deixando minha pátria, meus parentes e meus amigos, para viver entre eles e lhes ensinar o caminho do céu e finalmente poderiam estar certos de que (Sepp) não os abandonaria, e que me veriam seguir a sua frente e compartilhar com eles dos mais penosos trabalhos”. (Leite, 1970 : 76)

Depois de várias discussões com os índios, os padres receberam o apoio de 21 caciques, que exerciam influência sobre 150 famílias. Os padres então começaram a segunda etapa (parte) da missão, que era escolher o local (sítio) o qual atendesse às necessidades da nova colônia. Acompanhados de vários caciques, partiram em caminhada durante todo um dia para o oriente e ao anoitecer descobriram um amplo terreno, rodeado de colinas e bosques espessos. No alto da coxilha acharam duas fontes muitas claras, cujas águas, serpenteavam na declividade dos campos, baixavam a um vale profundo onde formava um previsível arroio.

A área descoberta tinha fartura de caça e pesca, fatores determinantes para que decidissem ali fundar a redução. Voltando a São Miguel, deram a notícia a todos os índios, especialmente para aqueles destinados a formar a nova redução. Estes por sua vez se dispuseram a partir, primeiro foram somente os homens, para edificar a nova redução (construções básicas), para impulsionar ainda mais os índios e os padres, chegava das outras reduções, ajuda, uns mandavam bois, outros, cavalos, sementes e animais de pequeno porte.

Depois de um ano de trabalho árduo e excelentes colheitas, os padres julgaram conveniente levar as mulheres e as crianças que tinham ficado em São Miguel. Rapidamente o povo foi organizado, cada qual cuidando de suas tarefas e o padre Sepp sempre à frente dos trabalhos. Construíram uma belíssima igreja, com paredes de pedras cupim (Itacurú) e muito bem ornamentada com obras de arte sacras.

O SÉTIMO DOS SETE POVOS – SANTO ÂNGELO CUSTÓDIO

Fundado em 1706, este povo teve a mesma origem do povo de São Luiz Gonzaga, originários da redução de Concepción, pois nessa redução o crescimento populacional fez com que por duas vezes os padres desmembrassem uma parte da população para a outra margem do Grande Rio (Rio Uruguai).

Atraídos pelas possibilidades econômicas das extensas áreas de terra e bem-estar, provenientes das informações recebidas de seus irmãos que habitavam a redução de São Luiz Gonzaga, decidiram migrar e fundaram a nova redução. A redução de Concepción foi fundada pelo padre Roque Gonzáles, então se pode considerar que o padre Roque foi o fundador indireto da última redução jesuítica no Rio Grande do Sul.

Os habitantes da redução de Santo Ângelo, trabalhavam em conjunto com seus irmãos da redução de Concepción nas estâncias de criação de gado, nas margens do Ibicuí. Quando em 1637, as reduções do primeiro ciclo missionário foram assoladas pelos bandeirantes e mamelucos, os índios que habitavam essa região (região das Missões/RS), transmigraram para a margem direita do rio Uruguai e se refugiaram na redução de Concepción; quando da volta dos padres em 1682, os índios dessa redução tinham direitos sobre as ricas terras e ervais nativos do Nhucorá. Este foi um dos motivos da fundação da redução de Santo Ângelo.

Esta região foi a maior e é grande produtora de erva-mate, de algodão e não se dedicavam muito a criação de gado.

A redução de Santo Ângelo foi estruturada primeiramente entre os rios Ijuí grande e Ijuizinho, e logo abandonada, pois não tendo muito espaço para expansão, pois ficava entre dois rios volumosos, a redução permaneceu neste local durante um ano, depois foi transferida para onde se encontra a atual cidade de Santo Ângelo, entre os rios Taquarichim e Santa Bárbara.

A redução prosperou rapidamente e foi um dos povos mais ricos de toda região missioneira, como referido anteriormente o maior produtor de erva-mate (superando a produção de todas as demais reduções), com cerca de cinco mil arrobas por ano.

Neste sentido, a organização das reduções na margem esquerda do Rio Uruguai, na segunda fundação a partir de 1682, conhecidas como Sete Povos das Missões Orientais, foi de suma importância para o Rio Grande do Sul, tanto nos aspectos culturais, sociais como econômicos.

Tabela 1 : População das Reduções na Fundação e no Apogeu Populacional

REDUÇÃO	POPULAÇÃO FUNDAÇÃO	NA	POPULAÇÃO NO APOGEU	
SÃO NICOLAU	1687	3.000	1689	5.819
SÃO BORJA	1690	2.396	1694	2.888
SÃO LUIZ GONZAGA	1687	2.800	1707	3.997
SÃO MIGUEL ARCANJO	1687	3.500	1694	4.592
SÃO LOURENÇO MÁRTIR	1690	3.512	1705	4.544
SÃO JOÃO BAPTISTA	1689	2.832	1707	3.361
SANTO ÂNGELO CUSTÓDIO	1707	2.879	1720	3.592

Organização : Paulo Roberto Paim Padilha, 2004.

CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Quase IV séculos nos separam do início das atividades dos missionários jesuítas na América Latina. O primeiro marco da civilização jesuítica-guarani foi a fundação de Santo Inácio Guaçu, a esta seguiu a fundação da redução de Guaira (bacia dos rios Paranapanema e Paraná até a foz do Iguaçu).

Quanto à economia os Sete Povos das Missões Orientais, e seus atores jesuítas e guaranis, principalmente foram os responsáveis pela introdução e desenvolvimento da pecuária. Pois os rebanhos introduzidos a partir do século XVI se multiplicaram e povoaram os pampas sulinos. No final do século XIX, grandes frigoríficos começam a serem instalados no Estado aproveitando a matéria-prima originada a partir das estâncias missioneiras.

Assim, tanto as reduções da bacia do Paraná, Paraguai e do Uruguai, passaram pelas mesmas atrocidades, quer no início pelos bandeirantes, depois pelas constantes guerras e disputas entre Portugal e Espanha e mais recentemente pela dominação dos caudilhos que se apoderaram destas terras.

A região dos sete povos quando passou ao domínio da Coroa portuguesa, recebeu principalmente militares que se instalaram em pontos estratégicos para a defesa da região. A maioria dos militares receberam sesmarias e assim se tornaram grandes proprietários (latifundiários), ao mesmo tempo que alguns recebiam da Coroa as doações, outros expulsavam os pequenos proprietários e assim pouco a pouco formavam suas fazendas (estâncias).

Os indígenas que habitavam as reduções, e que por direito eram donos das terras, não tiveram oportunidade de trabalhar nela, pois foram na sua maioria recrutados para servir no exército, abandonando assim a região ou indo trabalhar como diaristas nas fazendas.

A maior parte das cidades que surgiram nas antigas reduções, após a expulsão dos jesuítas se formaram a partir do movimento militar. Pois, foram implantados destacamentos militares para controlar as fronteiras.

No século XX, a porção norte da região, com área de matas mais frondosas e relevo mais acentuado, começa a receber colonos europeus não-ibéricos provenientes das colônias velhas no centro-leste do Rio Grande do Sul. Eram, principalmente italianos, alemães, poloneses, húngaros e russos que receberam pequenos lotes de terra pelos quais deviam pagar, diferentemente dos fazendeiros que receberam sesmarias repletas de gado “gratuitamente”.

Esses colonos introduziram a policultura e novos hábitos culturais, sociais e econômicos na região. Como os meios de transportes que ligariam a região aos centros consumidores não existiam ou eram muito precários, a produção agropecuária não podia ser comercializada.

Nestes últimos dois séculos (XIX e XX) a região passou por um declínio econômico muito grande. No século XIX, as terras foram distribuídas para poucas famílias e a maioria da população descendente de guaranis ou negros comprados para trabalho escravo nas estâncias viviam na miséria.

A não distribuição de terra as guaranis e negros nos séculos XIX e XX e a concentração desta e poucas posses fez com que a estrutura agrária não se alterasse e a monocultura através da pecuária extensiva mantivessem a maioria da população da região em situação de pobreza e marginalização sócio-econômica.

Na década de 1960 o binômio trigo-soja, se tornou uma das principais atividades da agropecuária da região, fazendo com que várias fazendas (estâncias) especializadas na criação de bovinos ou ovinos se tornassem produtoras de grãos. No primeiro momento a produtividade por hectare destas novas culturas ficava em torno de 900 a 1.100 Kg/ha. Somente a partir da metade da década de 80, com o desenvolvimento tecnológico, subsídios externos a produção por ha alcançou maiores índices de produtividade, conforme dados apresentados no quadro abaixo. Quadro 1.

Quadro 1: Período, cultura e produtividade média na região das Missões/RS.

SAFRA	SOJA- Kg/ ha	TRIGO – Kg/ ha
1997/1998	2.147	1.338
1998/1999	936	1.444

1999/2000	1.063	1.936
2000/2001	2.639	1.916
2001/2002	1.439	1.717
2002/2003	2.681	1.350
MÉDIA	1.811	1.886

Fonte: PILLON'S- Planejamento Agrícola Ltda

As transformações na paisagem da região nestes últimos anos foi constante. A natureza sofreu várias formas de ocupação que degradaram os espaços. Com a adoção de um modelo de produção moldado na busca incessante do lucro a qualquer preço, a grande maioria da população da região ficou mais pobre as custas de uma minoria que acumulou riquezas.

Nas últimas décadas a sociedade brasileira atravessou fases de significativas transformações. A demanda por alimentos crescia consideravelmente, o processo de urbanização e industrialização eram fomentados pelo Estado e o regime militar reprimia com todas as forças qualquer movimento alternativo, principalmente de reforma agrária. Na época do “milagre” (1968-1974) o país aumentou consideravelmente sua dependência externa via empréstimos solicitados aos organismos internacionais, que ocasionaram entre outras coisas, o crescimento das desigualdades sociais, com reflexo também, no campo via aumento dos índices de pobreza rural.

O processo de modernização da agricultura provocou profundas transformações sociais, econômicas e até mesmo culturais em todas as regiões. Sua implantação foi parte integrante do processo global de modernização da economia e da sociedade brasileira. Ou seja, foi orientado à margem da participação da sociedade não se preocupou com o que poderia provocar o aumento das desigualdades sociais. Como resultado desse processo de desenvolvimento adotado tem-se, entre outras coisas, o crescimento da pobreza rural.

Esse processo fez com que grande parte dos agricultores descapitalizados, abandonasse o campo e migrasse para centros urbanos em busca de trabalho. Provocou também, uma constante queda na renda das famílias rurais, aumento significativo de trabalho precário e a degradação dos ecossistemas, entre outras coisas.

O processo de modernização, analisado na região das Missões/RS, com todas as suas características, rompeu com o relativo sossego e com a vida pacata do campo e levou o homem rural a integrar-se num ritmo mais dinâmico. O homem rural saiu de um contexto restrito, limitado, familiar, comunitário e inseriu-se num mundo agitado de negócios financeiros, nacional e internacional. Um mundo comandado pelas bolsas de valores, um mundo de produtos que mudavam a cada ano e que custavam sempre mais.

Grandes contingentes de pequenos agricultores pobres foram ficando à margem do processo de desenvolvimento adotado via alteração da base tecnológica no Rio Grande do Sul. Pois, a ampliação do mercado interno para a industrialização se fez pela migração/expulsão dos camponeses, através de sua expropriação como produtores independentes, transformando-os gradativamente em mais pobres. As desigualdades sociais acentuaram-se a cada ano a partir da implantação do modelo de desenvolvimento do capitalismo no Estado.

A modernização da agropecuária atingiu um número reduzido de produtores com apoio e financiamento público abundantes. Dos estabelecimentos pequenos que conseguiram aderir ao processo uma parte conseguiu modernizar-se, outra parte, pelo endividamento constante, sucateamento das máquinas e equipamentos e degradação dos solos foi empobrecendo gradativamente e ficaram à margem do processo de desenvolvimento.

Este modelo visou a utilização cada vez mais intensa de fertilizantes, corretivos, defensivos, sementes melhoradas, irrigação, drenagem, equipamentos, máquinas diversas, entre outras, e permitiu não só elevar a produtividade do trabalho, como também subjugar a natureza. Esse processo liberou as condições de produção do ciclo da natureza, muitas vezes corrigindo-o ou superando-o. Assim, minimizou-se os efeitos das secas, geadas, dos solos pouco férteis, das pragas, etc. sobre a produção agropecuária, de forma a garantir maior rentabilidade ao capital investido. (Graziano da Silva: 1981).

Quanto à mão-de-obra, ocupada na agricultura gaúcha, na maioria dos casos é inversamente proporcional ao tamanho dos imóveis, ou seja, quanto menor o tamanho da propriedade em termos de área maior é a importância do trabalho familiar.

Assim, a modernização da agropecuária atingiu algumas regiões de maneira mais intensiva, onde todas as etapas foram implantadas sucessivamente, como no Planalto do Rio Grande do Sul, em outras, as etapas foram simplificadas, caso da ocupação agrícola recente dos Estados do centro-norte do Brasil.

A modernização “dos pobres do campo”, da maneira como foi implantado na maioria dos casos, favoreceu o aumento da pobreza e exclusão social. Fez com que a população rural diminuísse, envelhecesse, pois grande número de jovens migrou em busca de trabalho e principalmente fez com que os níveis de indigência no campo aumentassem.

O capitalismo no Rio Grande do Sul penetrou mais intensivamente em algumas regiões, entendidas aqui não com aspectos puramente geográfico ou político-administrativo, onde algumas áreas são favorecidas e outras marginalizadas. Pelo desenvolvimento mais intensivo das formas produtivas em determinadas microrregiões, surgem os “desequilíbrios regionais” com níveis distintos de reprodução do capital e relações de produção. (Graziano da Silva: 1981).

Muitas cidades que possuíam uma dinâmica regional e local significativa, antes da substituição da base tecnológica na agropecuária, perderam gradativamente importância econômica, e passaram a ser apenas entrepostos de armazenagem de produtos, pois a produção era direcionada para a exportação. Assim, várias pequenas agroindústrias e indústrias foram sendo fechadas, o comércio e a população decaíram, consideravelmente, nas últimas décadas e a pobreza avançou sem restrição nestas cidades e microrregiões.

O principal problema das Missões é a crise da agricultura familiar, setor da economia que durante muitos anos garantiu a prosperidade da região. A ausência de uma política agrícola por parte do governo federal, o preço dos insumos e as dificuldades de financiamento dos agricultores prejudicaram a economia da região no seu conjunto. O empobrecimento dos agricultores atinge diretamente o comércio e os serviços da região, assim como limita o próprio potencial de desenvolvimento industrial. O modelo de desenvolvimento centrado na monocultura da soja e pecuária extensiva tem causado dificuldade à diversificação da produção agrícola regional, levando à concentração de renda nas mãos de poucos produtores. Esse fato exclui grande parte da população que, empobrecida, migra para as cidades e para outras regiões, ocasionando o envelhecimento populacional (é elevada a idade média da população na área rural).

O problema da estiagem, que atingiu a região em 7 dos 10 últimos anos, agrava ainda mais as dificuldades estruturais do setor agrícola das Missões. E as ações de combate aos efeitos da seca tem se dado sempre após o problema, de forma paliativa, o que resulta sempre no reaparecimento do problema nos anos seguintes. Fica evidente a necessidade de ações concretas em termos de prevenção, trabalhando no sentido da utilização racional dos recursos hídricos e em iniciativas de preservação dos mananciais.

A ausência de um plano de desenvolvimento sustentável para a região, a falta de acompanhamento técnico e extensão na agricultura, a necessidade de reforma agrária e apoio a produção familiar, a carência de chuvas, a precariedade das estradas, o envelhecimento da população, a desorganização da comercialização, os impactos no meio ambiente e a falta de um ensino profissional agrícola são entraves a serem superados.

Para o desenvolvimento da agricultura, a região carece de tecnologias apropriadas à produção agrícola competitiva, podendo caber às entidades públicas e privadas a articulação desses fatores. A correção, recuperação e conservação do solo são também metas a alcançar mediante assistência técnica.

É fundamental também, a dinamização dos setores agrícola, industrial, serviços e comércio a partir da valorização da capacidade de crescimento e da cultura da participação já demonstrada pela comunidade da região. Neste sentido a implantação de agroindústrias familiares para o beneficiamento da produção agropecuária é de suma importância, pois geram empregos em várias comunidades com baixos investimentos.

O grande potencial turístico da região pela presença de patrimônio histórico das Missões, reconhecido internacionalmente, necessita o envolvimento da iniciativa privada e das Prefeituras interessadas em financiar projetos, considerando a necessidade de infraestrutura de serviços e de mão de obra qualificada para o desenvolvimento da atividade. A região já conta com aeroporto em plenas condições para o recebimento de turistas.

A formação histórico-cultural, deverá ser explorada de maneira sustentável por toda a região. Já foi criada uma rota turística integrando os municípios e as comunidades com vestígios sobre as missões. Iso pode contribuir através da atração de turistas e da permanência dos turistas especialmente argentinos que circulam pela região.

BIBLIOGRAFIAS CONSULTADAS:

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. São Paulo, ANPOCS/UNICAMP/HUCITEC. 1992.
- BRUM, A. J. **Modernização da agricultura trigo e soja**. Ijuí, RS: VOZES e FIDENE, 1988. p. 200.
- FLORES, Moacyr. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre, Nova Dimensão, 1996, 5ª Edição. 216 p.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: ZAHAR EDITORES. 1981, Coleção: Agricultura e Sociedade. 192 p.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **A nova dinâmica da agricultura brasileira**. São Paulo: UNICAMP.IE, 1998, 2º ed. rev.
- GOODMANN, D et alii. **Da Lavoura as Biotecnologias**. RJ, Campus. 1990. 200 p.
- HOFFMANN, R. A pobreza Rural no Brasil. In **Revista Reforma Agrária**, Campinas, V. 14. nº 01, 1984, p. 36-40.
- KERN, Arno Alvarez. **Missões Uma Utopia Política**. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982. 275 p.
- LEITE, Brazilisso. **Generalidades das Missões Jesuíticas**. Porto Alegre: Editora EMMA. 186 p.

- MÜLLER, Carlos Alves. **A História Econômica do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Editora Grande Sul. 288 p.
- NASCIMENTO, Anna Olivia. **Os Jesuítas e Sua Ação Civilizadora no Rio Grande do Sul**. São Luiz Gonzaga. Gráfica A Notícia Ltda. 1983. 74 p.
- NAVARRO, Zander. **Desenvolvimento rural no Brasil: os limites do passado e os caminhos do futuro**. Revista Estudos Avançados 2001 vol. 15, n. 43, Instituto de Estudos Avançados - USP; São Paulo dezembro de 2001.
- NEDEL, Rui. **Esta Terra Teve dono**. Porto Alegre, Tchê!, 1984. 176 p.
- PORTO, Aurelio. **História das Missões Orientais do Uruguai – Primeira Parte**. Porto Alegre: Livraria SEILBACH, Volume III. 434 p
- PORTO, Aurelio. **História das Missões Orientais do Uruguai – Segunda Parte**. Porto Alegre: Livraria SEILBACH, Volume IV. 462 p
- SANTOS, Pedro Marques. **São Luiz – Sua história e sua gente – 1687 – 1987**. Série Missões. Editora Pallotti, volume V. 552 p.
- SILVEIRA, V. J. V. **Missões Ocidentais e Seus Antigos Domínios**. Porto Alegre: Livraria Universal, 1909. 594 p.
- TEDESCO, J. C. **Agricultura Familiar: Realidade e Perspectivas**. Passo Fundo, UPF, 3ª edição, 2001.
- TRENTIN, Iran Carlos Lovis. **Diagnóstico da Região das Missões/RS**. Porto Alegre. Uergs. 2002. 54 p.
- TRENTIN, Iran Carlos Lovis. **O Pró-Rural 2000 como Política Pública de Combate à Pobreza Rural**. Porto Alegre: UFRGS Dissertação de Mestrado do PGDR. 2001.135 p.